

# A ADMINISTRAÇÃO BUSH E O FUTURO DA POLÍTICA ESTRATÉGICA DOS EUA DA GWOT À «LONGA GUERRA»

*David Garcia Cantalapiedra*

## **EM BUSCA DE UMA PRIMAZIA «IMPERIAL»:**

### **A GRANDE ESTRATÉGIA DOS EUA DEPOIS DO 11 DE SETEMBRO**

A Administração Bush sofreu os ataques a Nova Iorque e a Washington DC de 11 de Setembro de 2001 nove meses após a sua tomada de posse e com uma estrutura ainda muito recente devido aos problemas judiciais decorrentes da recontagem de votos na Florida após as eleições presidenciais de 2000. Estes ataques representaram para os EUA uma mudança estratégica e uma tragédia humana apenas comparável ao ataque japonês a Pearl Harbor de 7 de Dezembro de 1941. A Administração Bush e todo o país consideraram os ataques praticamente como um acto de guerra. Assim, a denominada Guerra Global contra o Terror (Global War on Terror – GWOT)<sup>1</sup> não se considera apenas uma luta anti/contraterrorista, no sentido que sempre foi entendido na Europa. Os EUA consideram dentro do Terror não só o terrorismo «clássico» do IRA, ETA, Brigadas Vermelhas, Bader-Meinhoff, etc., como a actuação de estados que apoiam o terrorismo e as organizações terroristas, a procura e proliferação de armas de destruição maciça e, em geral, a atitude agressiva regional de estados não democráticos e os chamados *Rogue States*<sup>2</sup>.

Assim, o conceito de segurança sofreu uma forte modificação, não só por causa dos atentados de 11 de Setembro como devido à evolução da cena internacional nos últimos dez anos. A ideia mais importante da concepção actual de segurança é que a segurança externa e a segurança interna estão a deixar de ser compartimentos estanques, ao mesmo tempo que as soluções e mecanismos encontrados para aplicar uma e outra são igualmente menos compartimentados. Esta inovação pode ser observada quando os norte-americanos criam um departamento dedicado à segurança interna (Homeland Security) e um comando estratégico dedicado à defesa continental (US North Command). Cada um ficará encarregue de uma parte da segurança interna dos EUA mas ambos têm uma comunicação fluida na altura de definir as suas missões: «Segurança interna é a prevenção, antecipação e dissuasão – e a defesa – contra a agressão dirigida ao território,

soberania, população e infra-estruturas americanas bem como a gestão das consequências de tal agressão e de outras emergências internas.»

O segundo é ainda mais conciso: «Defesa interna é a protecção do território, população e infra-estruturas principais americanas contra ataques militares desferidos de fora dos Estados Unidos»<sup>3</sup>.

As percepções da ameaça aos EUA e a importância do terrorismo internacional enquanto ameaça à segurança estatal e humana, no sentido de ameaça aos aspectos políticos (democracia, império da lei, direitos civis e liberdades fundamentais), económicos (prosperidade, mercado livre e livre circulação de pessoas), sociais e ambientais, tornou-o uma prioridade nas agendas governamentais, dando lugar a uma cooperação sem precedentes na luta antiterrorista. Assim, nota-se que ainda que se mantivessem certos pontos de continuidade, produziu-se a maior mudança na política externa norte-americana desde a II Guerra Mundial. Esta mudança, além disso, caracterizou-se por uma abordagem unilateral dos assuntos internacionais, com a Administração a estabelecer uma tendência para prescindir dos tratados, organizações e até alianças que, em muitos casos, os EUA ajudaram a criar. Veremos aqui a que é que corresponde o desenho da ordem internacional proposto pela Administração Bush e de que conceitos e bases terá partido para chegar ao estágio superior da estratégia de primazia esboçada desde o fim da Guerra Fria – a *primazia imperial*.

## **GRANDE ESTRATÉGIA E A POLÍTICA EXTERNA DOS EUA**

Qualquer estratégia deve começar pela definição do que constitui o interesse nacional. A política de segurança, de defesa e militar deveria estar ancorada nos interesses essenciais. A escolha de uma política chega até a ser mais importante, porque os interesses de um país não são de facto permanentes. Esta é uma das conclusões a que se chegou depois do fim da Guerra Fria no debate sobre quais continuariam a ser os interesses primordiais dos EUA; apesar da situação internacional instável, certas circunstâncias geoestratégicas mantinham alguns postulados básicos no desenho estratégico. *Estratégia* pode definir-se brevemente como a relação entre os meios disponíveis e os fins a atingir. Se falamos da direcção e coordenação de todos os recursos da nação, ou grupo de estados, para a obtenção do objectivo político que se persegue, o qual deve estar definido por uma política fundamental, podemos defini-la como *Grande Estratégia*. Uma Grande Estratégia viável deve incluir a mobilização coordenada dos recursos políticos, económicos, militares e morais da nação. Esta concepção dá grande atenção aos aspectos não militares da estratégia: mobilização económico-industrial, cultura política interna e diplomacia<sup>4</sup>.

A contenção (*containment*) e os projectos anteriores de Grande Estratégia produzidos na primeira Administração Bush e na Administração Clinton estabeleciam uma postura de primazia<sup>5</sup> que se matizaria como primazia selectiva<sup>6</sup> na era Clinton com a política

de *multilateralismo selectivo* («assertive multilateralism»). Mantinham as características de primazia que também acompanhavam a contenção:

- Uma ordem internacional aberta aos interesses e valores dos EUA, que inclui a institucionalização e promoção da democracia e do livre mercado, com a centralidade dos EUA no sistema.
- Evitar a ascensão de uma potência hegemónica regional ou global. Inclui a superioridade militar e tecnológica.

Estas características mantiveram-se após o fim da Guerra Fria. A Grande Estratégia de contenção incluía a mobilização coordenada dos recursos políticos, económicos, militares e morais da nação contra a ameaça suposta da URSS, juntamente com as características de estratégia de primazia. As características da estratégia de primazia selectiva eram:

- Incerteza quanto aos riscos e possíveis ameaças à segurança nacional. Esta situação substituía a ameaça soviética estabelecida na contenção.
- Estabelecimento de uma ordem internacional favorável aos valores e interesses dos EUA.
- Evitar a ascensão de uma potência hegemónica regional ou global que desafiasse a ordem internacional.

Estes princípios da postura de primazia manter-se-ão na Grande Estratégia criada pela Administração Bush. A incerteza é substituída pela Guerra ao Terror(ismo), com o qual se estabelece uma analogia com a ameaça soviética, a qual impregnou todas as políticas dos EUA durante a Guerra Fria. Esta semelhança inclui a mobilização coordenada dos recursos políticos, económicos, militares e morais da nação, adquirindo assim todas as características de Grande Estratégia. Apesar de estabelecerem estratégias de primazia, os projectos de Bush pai e de Clinton não chegavam a ser uma verdadeira Grande Estratégia, porque essa afectação de recursos não se realizava perante uma ameaça à segurança e à sobrevivência dos EUA; apenas com o 11 de Setembro se considera o estado de guerra e se identifica uma ameaça à sobrevivência dos EUA. Assim, o desenvolvimento da visão estratégica dos EUA e o processo de evolução para uma nova Grande Estratégia Pós-Guerra Fria estabeleceram características que assumiram a sua estrutura definitiva com a nova Administração Bush:

- Guerra Global ao Terror.
- Estabelecimento de uma ordem internacional favorável aos valores e interesses dos EUA.
- Evitar a ascensão de uma potência hegemónica regional ou global que desafie a ordem internacional.

Na verdade, os princípios da postura de primazia não são criados pela nova Administração, significando uma continuidade dentro da posição estratégica norte-americana desde o final da II Guerra Mundial. De facto, desde a Administração Truman que se desenhava uma estratégia de primazia ou preponderância.

Preponderância ou primazia não significa domínio, antes um meio internacional aberto aos interesses e valores dos EUA. A procura de um poder preponderante produziu-se no início da Guerra Fria: «Os EUA e a URSS lutam pelo poder preponderante: procurar menos do que isto seria procurar a derrota. *O poder preponderante deve ser o objectivo da política dos EUA*» (itálicos nossos)<sup>7</sup>.

Mas a mesma *rationale* estabelecida para o confronto com a URSS manter-se-á depois, utilizando a incerteza da situação internacional para perseguir o objectivo de evitar a ascensão de uma potência hegemónica regional ou global susceptível de desafiar a nova ordem internacional. Este princípio perdura no projecto do Plano Director de Planificação de Defesa (Defense Planning Guidance) DPG 1992-1999. O DPG é um documento classificado que se produz regularmente no Departamento de Defesa como guia político de referência para o meio militar de alto nível e a direcção civil do Pentágono. Pretende apresentar um indicador geopolítico na relação entre as futuras necessidades orçamentais e os níveis de forças<sup>8</sup>. O DPG de 1992 foi criado sob a direcção dos então secretário da Defesa Richard Cheney e subsecretário da Defesa para a Política (Under-Secretary of Defense for Policy) Paul Wolfowitz (actualmente vice-presidente e vice-secretário da Defesa) estabelecendo:

«O nosso primeiro objectivo é evitar o reaparecimento de um novo rival, seja no território da antiga União Soviética seja fora dele, que coloque uma ameaça semelhante à anteriormente posta pela União Soviética. Isto significa que devemos evitar que uma potência hostil domine uma região cujos recursos seriam suficientes, sob controlo consolidado, para gerar um poderio global [...] *A nossa estratégia deve concentrar-se em evitar o aparecimento futuro de um potencial competidor global*» (itálicos nossos)<sup>9</sup>.

Esta visão é central durante a Guerra Fria, ainda que em relação e prioritariamente à URSS, mas mantém-se depois e desde o fim da Guerra Fria na estratégia de segurança nacional – NSSD (National Security Strategy Document) – de Reagan, Bush pai e Clinton<sup>10</sup>. Estes princípios tinham sido a base do internacionalismo da doutrina Truman, do Plano Marshall e da contenção, já que evitar o controlo total da massa euroasiática por parte da URSS era o objectivo da Contenção. O projecto do DPG de 1992 desenvolve ainda mais esta concepção:

«Há mais três aspectos deste objectivo:

1. Os EUA devem mostrar a liderança necessária para estabelecer e proteger uma nova ordem que convença os potenciais competidores de que não necessitam de aspirar a um

papel maior ou manter uma postura mais agressiva para proteger os seus interesses legítimos.

2. Nas áreas não militares, devemos respeitar os interesses das nações mais desenvolvidas para as desencorajar de disputar a nossa liderança ou procurar derrubar a ordem política e económica estabelecida.

3. Devemos manter o mecanismo que impede potenciais competidores de sequer aspirar a uma maior ordem regional ou global.»

Estas posições, ainda que alteradas, podem ser encontradas em alguns documentos lançados pelo Departamento de Defesa a poucos meses da tomada de posse do Presidente Bush<sup>11</sup>:

*«A fundação de um mundo de paz para nós e para os nossos filhos e netos reside na capacidade de as forças armadas americanas manterem uma margem substancial de vantagem militar relativamente a outros]. Os EUA usam esta vantagem não para dominar terceiros mas para, através da cooperação com os seus amigos e aliados em todo o mundo, dissuadir o aparecimento de novas competições militares funcionais ou geográficas e para as gerir no caso de surgirem [...].*

*Os EUA estão empenhados em expandir a sua rede de amizades e alianças com o objectivo de um dia todas as grandes potências mundiais quererem cooperar connosco para salvaguardar a liberdade e preservar a paz. O objectivo é estender para o futuro as condições favoráveis à paz e a posição geoestratégica dos EUA» (itálicos nossos).*

Neste último parágrafo encontramos claramente delineado o estabelecimento de uma ordem mundial pacífica através da convicção geral de que os EUA são a única superpotência. Existirá um acordo entre as grandes potências sobre a ordem internacional, salvaguardada graças à primazia dos EUA: «Peace through Primacy».

Levar às últimas consequências estas posições, com a base ideológica neoconservadora e a actual situação internacional, conduz os EUA de uma posição de potência hegemónica benigna a uma situação de primazia imperial. Esta concepção imperial não se refere a uma relação de domínio e subordinação entre uma metrópole e seus territórios mas à natureza e exercício do poder, e é consequência de certas características internas e externas, que explicaremos posteriormente mas que podemos já expor com brevidade.

Internamente, os atentados terroristas do 11 de Setembro permitem ao Presidente Bush instalar uma situação de Presidência Imperial<sup>12</sup> onde a relação *Autoritas* e *Potestas* dentro do *Imperium* é desequilibrada em favor da *Potestas* e, num primeiro momento, a precariedade da legitimidade normativa interna, devido aos resultados das eleições presidenciais, é anulada ao conseguir que todo o país cerre fileiras em redor de Bush e do seu Governo. A sua *Autoritas* ou legitimidade cognitiva em política externa chega a um equilíbrio graças ao valor de alguns membros do seu Governo (veja-se Powell) ainda

que esteja muito marcada pela percepção agressiva da sua conduta (Cheney, Rumsfeld, Wolfowitz). A excepcionalidade da Guerra contra o Terror permite voltar à concepção de Presidência Imperial, ao conseguir que todo o país cerre fileiras em torno do Presidente

como comandante-em-chefe de uma situação de guerra. Esta situação acentua-se sobretudo após as eleições de Novembro de 2002, em que Bush consegue a maioria nas duas câmaras do Congresso, situação de que apenas desfrutaram Eisenhower e Reagan por menos de um ano, rompendo com o tradicional controlo de

A EXCEPCIONALIDADE DA GUERRA CONTRA O TERROR PERMITE VOLTAR À CONCEPÇÃO DE PRESIDÊNCIA IMPERIAL, AO CONSEGUIR QUE TODO O PAÍS CERRE FILEIRAS EM TORNO DO PRESIDENTE COMO COMANDANTE-EM-CHEFE DE UMA SITUAÇÃO DE GUERRA.

cada partido sobre apenas um dos poderes executivo ou legislativo.

Do ponto de vista externo, os EUA desfrutaram de uma posição internacional jamais vista na História, em que não só o seu poder político, económico, militar e tecnológico é indiscutível, como ocorre numa situação de relativa debilidade e mudança que afecta outros estados ou grupos de estados, tornando ainda mais apreciável a percepção da diferença de *status*<sup>13</sup>. A priori, esta situação poderia significar maior estabilidade internacional e a construção de uma ordem mundial estável, mas a avaliação do imenso poder norte-americano por parte de possíveis equilibradores (UE, Rússia, China), aliada à percepção da postura unilateralista actual fazem com que esta situação de hegemonia benigna aceite até há pouco tempo se tenha começado a desfazer.

O grande problema desta percepção e da realidade da expansão do poder norte-americano é que alcança níveis supremos em termos de proeminência militar. Este é um dos componentes da posição hegemónica, juntamente com a proeminência económica e normativa. Dada a idiosincrasia da actual Administração e da situação internacional, que se inclina perante o exército do *Imperium*, e a inegável expansão do poder e capacidades dos EUA, a proeminência militar assume o principal papel na posição de primazia norte-americana, criando uma imagem de poder imperial.

## **AS RAÍZES DA GWOT E A DOCTRINA BUSH:**

### **A DOCTRINA REAGAN E A CRIAÇÃO DA «LIGA DO TERROR»**

A avaliação das vulnerabilidades e das capacidades na luta contra o terrorismo evoluíram desde o fim da Guerra Fria e após uma década de progressivo aumento do terrorismo da Al-Qaida e de grupos jihadistas-salafistas, desde os seus primeiros atentados no Iémen, a declaração de «guerra» de bin Laden em 1992 e o primeiro ataque ao World Trade Center de Nova Iorque de 1993. Assim, a Administração Bush recuperou uma visão criada em meados dos anos de 1980<sup>14</sup> relativa à luta contraterrorista e a outras ameaças que lhe são associadas – armas de destruição maciça e apoio dos chamados *rogue states* a organizações e grupos terroristas. Esta política da Administração Bush tem a sua origem no conteúdo da chamada doutrina Reagan, criada no decorrer do seu

primeiro mandato<sup>15</sup>. A doutrina Bush é o culminar da evolução da doutrina Reagan, em que partindo das suas concepções criadas nos anos de 1980 se começou a amalgamar terrorismo e guerrilha no contexto dos estados do Terceiro Mundo com agressão regional, apoio ao terrorismo e procura de armas de destruição maciça por parte de estados – daí em diante denominados *rogue states*, também eles visados na doutrina delineada na Administração Clinton. Durante a Administração Reagan estes estados foram agrupados debaixo da designação *League of Terror*; mais recentemente foram incluídos no «Eixo do Mal». Apesar das mudanças de denominação, foram os mesmos durante vinte e cinco anos: Irão, Coreia do Norte, Síria, Líbia e Iraque.

A doutrina Reagan proclamava a sua intenção de proteger o Mundo Livre do expansionismo soviético. Devia não só conter como fazer recuar (*rollback*) estes estados e movimentos, apoiando as forças democráticas em todos os países onde se fizesse sentir esta presença ou influência. Da mesma forma, estados como a Coreia do Norte eram deixados de fora desta equação. Isto devia-se, para além das razões objectivas de cada situação, às diferentes razões que tinham os neoconservadores dentro e fora da Administração Reagan e os realistas membros do Conselho de Segurança Nacional responsáveis pela articulação dessas razões. Enquanto se realizava uma política declarativa por motivos neoconservadores, a sua articulação operativa perseguia outros objectivos. Para os neoconservadores uma doutrina intervencionista tinha a sua legitimidade na responsabilidade moral de os EUA, mais do que defenderem os interesses de segurança nacional norte-americanos, defenderem a causa da democracia e da liberdade, dando-lhe assim um direito ilimitado a intervir no interesse de uma «revolução global democrática». Um ponto fundamental da doutrina era que não só deviam apoiar forças anti-soviéticas para conseguir vantagens estratégicas, militares ou económicas, como essas forças deviam encabeçar princípios morais como a universalidade dos direitos humanos e a liberdade eleitoral, valores considerados pelos neoconservadores como integrais à forma de vida americana (*American Way of Life*).

A doutrina Reagan começou a aplicar-se não apenas contra os regimes ou grupos com apoio soviético mas igualmente contra o islamismo radical, o crime transnacional e outras actividades que se começavam a denominar genericamente terrorismo. Deste ponto de vista, entrava-se numa concepção de guerra total tributária da estratégia dos Conflitos de Baixa Intensidade (LIC – Low Intensity Conflicts).

Assim, a estratégia dos LIC convertia-se em política<sup>16</sup>. A noção de combater o terrorismo era central para a doutrina Reagan<sup>17</sup> e sob o ponto de vista da guerra total que abraçava os aspectos económicos, políticos, militares, ideológicos e psicológicos, apenas o carácter multidimensional dos LIC poderia responder a esta necessidade. Além disso, isto permitia de certa forma contornar o chamado «Síndrome do Vietname» ao conferir um título de legitimidade a uma possível intervenção militar contra estados que se descobrissem ser base, apoio ou criadores de actividades terroristas. Dada a natureza da ameaça, os EUA tinham a justificação para utilizar a força militar. De facto, já em

1984, o próprio secretário de Estado George Schultz estabelecia a necessidade de realizar acções de antecipação ou preventivas contra grupos terroristas:

«Será que como país podemos, será que a comunidade de nações livres pode, ter somente uma posição puramente defensiva e absorver os ataques desferidos pelos terroristas? Penso que não. De um ponto de vista prático, uma defesa puramente passiva não constitui um obstáculo suficiente ao terrorismo e aos estados que o patrocinam. *Chegou a altura de pensar longa, profunda e seriamente sobre meios mais activos de defesa – defesa através de acções preventivas ou de antecipação apropriadas contra grupos terroristas, antes de atacarem*»<sup>18</sup> (itálicos nossos).

Sem dúvida que a limitação estabelecida na selectividade do uso dos LIC quanto à sua aplicação em certos objectivos do Terceiro Mundo para evitar um conflito directo com a URSS já não existe, ainda que essa selectividade também ocorra hoje em função do âmbito regional e outros objectivos diferentes da Guerra contra o Terror. Deste ponto de vista, há uma percepção generalizada, sobretudo na Europa, que a política contraterroterrorista dos EUA é fundamentalmente militar, enquanto que no caso da Europa e da Ásia não é assim. Por exemplo, no caso asiático, até utilizou mecanismos multilaterais, com a Administração Bush a lançar, desde 2003, uma série de iniciativas em diferentes organizações: a APEC [Asian Pacific Economic Cooperation], referida no controlo do MANPAD [Man-Portable Air Defense Systems], a ASEAN [Associação das Nações do Sudeste Asiático], a ARF [ASEAN Regional Forum] e o Pacific Islands Forum [PIF] e em vários estados-chave, como a Indonésia, as Filipinas e o triângulo Malásia-Singapura-Tailândia, criando em Kuala Lumpur um centro antiterrorista regional, que oferece cursos de treino. Deu-se prioridade à diplomacia e à coordenação com os aliados, que se vê como essencial para prevenir o terrorismo, sobretudo em questões de *intelligence*, esforço policial e financeiro e, só em alguns casos pontuais como as Filipinas, cooperação militar. Esta visão foi mantida no segundo mandato de Bush, a par do compromisso de expansão da democracia. Na sua visita à Europa em 2005 o Presidente Bush estabelecia:

«A 11 de Setembro a América voltou-se, primeiro, para a nossa segurança imediata e para a procura de um inimigo [...] Descobrimos também que não chega uma definição estreita de segurança. Esta estratégia não é uma estratégia americana, nem uma estratégia europeia, nem uma estratégia ocidental. Espalhar a liberdade em nome da paz é a causa de toda a humanidade.»<sup>19</sup>

Esta visão tinha sido apoiada desde o dia seguinte aos ataques de 2001 pelos aliados europeus, que defendiam a activação do artigo 5.º do Tratado de Washington que estabelece a defesa colectiva dentro da Aliança Atlântica. A esta medida seguiram-se outras que progressivamente facilitavam à Administração Bush o estabelecimento de



uma estratégia, a doutrina Bush, que reforçava as percepções de estado de guerra, com a qual introduziram o uso da força militar em operações contraterroristas como a lançada sobre o Afeganistão, com uma coligação internacional para a operação Liberdade Duradoura (*Enduring Freedom*). Por sua vez, a NATO, como núcleo das relações de segurança das relações transatlânticas, estabeleceu na Cimeira de Praga de Novembro de 2002 um conceito militar de luta contraterrorista: a luta antiterrorista envolve um conjunto de medidas defensivas contra vulnerabilidades; a luta contraterrorista significa um conjunto de medidas ofensivas segundo o artigo 51 da Carta das Nações Unidas; gestão de consequências de ataques terroristas e, por fim, na cooperação militar a coordenação com agências civis.

O documento do Comité Militar MC 472 estabelece uma série de características em que se apoiam implicitamente as acções antecipatórias (*pre-emptive strikes*) muito semelhantes às da Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002 (*National Security Strategy*) NSS 2002:

«As acções da NATO [...] devem partir do pressuposto de que é preferível evitar ataques terroristas do que lidar com as suas consequências [...] O contraterrorismo é acção militar ofensiva desenvolvida para reduzir as capacidades dos terroristas. As nações aliadas concordam que os terroristas não devem poder basear-se, treinar, planear, levar a cabo e executar acções terroristas e que a ameaça pode ser suficientemente severa para justificar a acção contra estes terroristas e os que lhes dão abrigo, sempre que necessário.[...]»<sup>20</sup>

Também a Estratégia de Segurança Europeia de Dezembro de 2003 e até a versão do Alto Representante para a Política Exterior da UE, Javier Solana, em Junho de 2003<sup>21</sup>, incluía aspectos de acções de antecipação (*pre-emptive actions*) tal como estabelece a NSS 2002, que acabariam por ser retirados do documento final. Neste documento definem-se o que podemos considerar os seus três pilares básicos, na mesma linha da NSS 2002:

- As ameaças, que incluem todos os elementos coincidentes com a Guerra ao Terrorismo estabelecidos pelos EUA, ou seja, grupos terroristas e a proliferação de armas de destruição maciça.
- A segurança e estabilidade na periferia da Europa.
- Uma ordem mundial aberta aos valores da UE, que se definem como a promoção de um mundo de estados democráticos.

De certa maneira, estas iniciativas criaram, desde os meses posteriores aos ataques de 11 de Setembro, um marco geral de actuação e uma percepção de quase-estado de guerra, que depois provocou uma premissa difícil de gerir no momento de estabelecer não só medidas antiterroristas como na criação de imagens de ambos os lados do Atlântico sobre como enfrentar esta ameaça global e, sobretudo, diferentes percepções das opi-

niões públicas nos EUA e na Europa sobre as políticas conduzidas do outro lado do Atlântico. Estas percepções viram-se reforçadas pela evolução do conceito de segurança e das vulnerabilidades a que estão submetidos os estados e as sociedades que os compõem. Esta chamada Sociedade do Risco<sup>22</sup> não se manifestou apenas na dependência das tecnologias e dos sistemas de informação. A própria globalização produziu uma debilidade progressiva na capacidade do Estado, que não se pode combater com os conceitos e mecanismos herdados da Guerra Fria.

### **DA GWOT À «LONGA GUERRA»: ÁSIA CENTRAL E ÁFRICA**

Depois das experiências no Afeganistão, no Iraque e da GWOT, as preferências no Departamento de Defesa viraram-se para a chamada «Long War», como aparece refletido na *Quadrennial Defense Review 2006*, mais de acordo com uma nova visão do Departamento de Estado que dava prioridade na GWOT a uma estratégia mais abrangente, procurando «a diminuição de factores como a pobreza, a injustiça e o desgoverno que os terroristas procuram explorar», tornando-se assim o terceiro objectivo principal da nova estratégia nacional contra o terrorismo (*US National Strategy for Combating Terrorism*). Esta mudança de atitude tem a sua exposição mais clara no conceito de «Longa Guerra» que o secretário de Defesa Donald Rumsfeld estabeleceu em Fevereiro de 2006: o reconhecimento implícito por parte de Washington da necessidade de renunciar às soluções unicamente unilaterais e às coligações, e à aceitação dos interesses e associação com potências regionais para a solução dos problemas e a aplicação de políticas<sup>23</sup>.

### **ÁFRICA E A CRIAÇÃO DO AFRICOM**

A estratégia militar de 2004 estabelecida pelo Pentágono (*National Military Strategy*) considerava que era no arco de instabilidade que vai desde o Norte de África até à Ásia que se encontravam os chamados «espaços desgovernados» (*Ungoverned Spaces*). Nesta

estratégia, África tem um lugar destacado como novo cenário da GWOT, um dos maiores contingentes energéticos dos EUA e um cenário de competição geoestratégica<sup>24</sup>. A necessidade de evitar a desestabilização de grandes áreas sem autoridade e governo real e seu aproveitamento por parte de grupos terroristas, com a sua pos-

A ESTRATÉGIA MILITAR DE 2004 ESTABELECIDADA PELO PENTÁGONO CONSIDERAVA QUE ERA NO ARCO DE INSTABILIDADE QUE VAI DESDE O NORTE DE ÁFRICA ATÉ À ÁSIA QUE SE ENCONTRAVAM OS CHAMADOS «ESPAÇOS DESGOVERNADOS».

sível expansão até zonas de interesse vital para os EUA, juntamente com a concorrência estratégica da China, está por trás da criação de um comando unificado para África, o AFRICOM (*US Africa Command*). A este comando, que parte da premissa de que os problemas principais do continente não são de carácter militar, compete a coordenação de uma estratégia abrangente para a zona baseada nas lições aprendidas nas intervenções no Afeganistão e Iraque e nos acertos e fracassos da GWOT.

Ao levar-se a cabo os objectivos estabelecidos em alguns documentos estratégicos e militares poder-se-á enfrentar a ineficiência do território africano com a sua divisão em três comandos distintos: por exemplo, a *Joint Vision 2020* estabelece a procura do domínio completo em todo o espectro de contingências (*Full Spectrum Dominance*), isto é, a capacidade de as Forças Armadas dos EUA actuarem unilateralmente ou em combinação com aliados ou agências internacionais, para derrotar qualquer adversário e controlar qualquer situação desde a dissuasão estratégica, operações de combate, até todo o tipo de operações de paz e intervenções humanitárias. Assim, um conflito como o do Darfur teria o Sudão no Comando Central, enquanto que o Estado fronteiriço com esta zona, o Chade, estaria no Comando Europeu. O Egipto mantém-se inicialmente fora da área de responsabilidade do AFRICOM, permanecendo no Comando Central. Apesar deste problema de comando e de controlo, o Pentágono foi estabelecendo uma quantidade apreciável de bases ao largo do território africano, sobretudo no espaço do Sahel entre o Senegal e a Etiópia: Dacar, São Tomé, Kampala e Djibuti. Tem também instalações logísticas desde há uma década em Marrocos, Argélia e Tunis; bases navais na Monróvia, em Acra e em Libreville, e uma base aérea em Bamako, no Mali. A previsão é de que o AFRICOM esteja totalmente operativo em 2009.

O chefe do Comando Europeu desde 2006, o general James Jones, durante a sua comparecência este ano perante o Comité de Serviços Armados do Senado, declarava como principal objectivo para o seu comando em África o estabelecimento de uma estratégia de longo prazo com medidas preventivas e proactivas para os «espaços desgovernados» sobretudo no Leste e Oeste subsarianos: «as consequências da inacção podem incluir intervenções continuadas dos EUA em conflitos e crises humanitárias... e a presença de fundamentalismo radical, especialmente nos espaços desgovernados de África». Neste sentido, o fim último era utilizar as capacidades do EUCOM como apoio a estratégias abrangentes interagências para a melhoria do bom governo destas áreas. Os EUA apoiaram e promoveram o desenvolvimento de estruturas de segurança na União Africana e noutras organizações africanas, não só antiterroristas, como institucionais, comerciais, de crescimento económico, infra-estruturas e luta contra a sida.

Neste sentido, ainda que a criação do Comando Africano pareça directamente relacionada com a GWOT, a sua racionalidade tem uma base e uma projecção de longo prazo que abarca mais factores, como a segurança energética, ainda que sejam as experiências e lições aprendidas no Afeganistão, no Iraque e em geral na própria GWOT que formem o enfoque diferente no tratamento dos problemas em África. Sobretudo, e de um ponto de vista estratégico, África tem o seu maior problema na falta de governo e na existência de zonas de desestabilização crónica que permitem o seu aproveitamento por parte de grupos terroristas jihadistas-salafistas. Comprovou-se que os estados do Oeste, Norte e Leste da África subsariana, ou seja, do Sahel, são instrumentais e não verdadeiras bases destes grupos, que utilizam estados mais estruturados, como o Quénia ou a Tanzânia. De facto, este comando, segundo a planificação do Pentágono, será o primeiro

que terá como principais objectivos a prevenção de conflitos, operações humanitárias e treino, mais do que operações de combate.

A equipa de planificação da criação do AFRICOM (*Implementation Planning Team*) reconhecia que os problemas principais do continente não são de carácter militar, com o qual se estabelecerá uma representação de outras agências e departamentos na estrutura do comando de muito maior importância quantitativa e qualitativa: a coordenação com o Departamento de Estado, a cargo da ACOTA [*Africa Contingency Operations Training Assistance*]; com a USAID (*US Agency for International Development*) e o seu programa TRADE (*Trade for African Development and Enterprise*) que executa as provisões de assistência técnica comercial de AGOA [*African Growth and Opportunity Act*]; com o FBI e seu programa ILEA (*International Law Enforcement Agency*), no Botswana; e o Departamento do Tesouro e a FATF (*Financial Action Task Force*). Do ponto de vista do Departamento de Defesa também se desenvolvem vários programas básicos para todos os comandos regionais: IMET (*International Military Education and Training*), *Combined/Multinational Training and Exercises*, *Joint Contact Team Program* o *Humanitarian Assistance (HU)*, os quais são levados a cabo por 44 escritórios de cooperação em defesa com as embaixadas dos EUA nos estados africanos. Talvez o programa mais na linha do novo enfoque do AFRICOM seja o Programa de Prevenção do HIV/SIDA, conduzido pelo Comando Europeu, com um orçamento para 2006 de 5,3 milhões de dólares.

Do ponto de vista organizativo há duas estruturas básicas que provavelmente serão um dos núcleos duros operativos da estrutura do AFRICOM: a CJTF-HOA (*Combined Joint Task Force-Horn of Africa*) e a JTF Aztec Silence. Houve uma série de iniciativas dirigidas para um nível regional africano, mas com o ponto de vista da GWOT: a TSCTI (*Trans-Saharan Counter-Terrorism Initiative*) com um aspecto relacionado com a Operação Liberdade Duradoura (*Enduring Freedom*), a *Operation Enduring Freedom, Trans Sahara (OEF-TS)* e a EACTI (*East African Counter-Terrorism Initiative*). A JTF Aztec Silence foi criada em Dezembro de 2003, sob o comando do EUCOM e o controlo operacional da Sexta Esquadra dos EUA, com vista a operações de vigilância, reconhecimento e *intelligence* sobre organizações terroristas, para proporcionar informação aos estados do Norte de África.

A dinâmica de mudança para a zona é significativa e reflecte-se na ajuda em segurança estabelecida pela Administração Bush para uma área em princípio não prioritária: uns oito milhões de dólares. Era este o caso da PSI (*Pan-Sahel Initiative*) em 2003: unidades antiterroristas na Mauritânia e no Mali treinadas pelo Comando de Operações Especiais do Comando Europeu; no Níger e no Chade treinadas pelos *Marines*. Além disso há também a atenção continuada ao Corno de África, desde a intervenção na Somália de 1992. A PSI foi substituída pela TSCTI. Esta iniciativa significava uma mudança quantitativa e qualitativa tanto na GWOT como no enfoque regional, e em concreto para Marrocos, Argélia e Tunis, um investimento de 500 milhões de dólares e realmente o

único mecanismo de coordenação entre as políticas antiterroristas dos estados sarianos. A TSCTI inclui dez estados: os que integram a PSI mais Marrocos, Argélia, Tunísia, Gana, Nigéria e Senegal, com um orçamento de 100 milhões de dólares anuais, que inclui um programa social implementado pela USAID. O CJTF-HOA, com umas duas mil tropas, tem o seu quartel-general em Camp Lemonier, no Djibuti (antigo quartel-general da Legião Estrangeira), sob o comando do CENTOM, e que se encarregava das operações contraterroristas e contra-insurgência no Corno de África, sobretudo contra a Al-Qaida e outras organizações como o Conselho de Tribunais Islâmicos da Somália. Neste sentido, a EACTI, criada em 2003 e com um orçamento de 100 milhões de dólares, debruçava-se primordialmente sobre a Somália, o Sudão, o Quênia e a Etiópia, ainda que com diferentes objectivos e missões para cada caso: contraterrorismo e contra-insurgência para a Somália e o Sudão, incluindo a solução da crise do Darfur; e a criação de relações e associações estreitas de segurança com o Quênia e a Etiópia.

#### OS EUA E A «GRANDE ÁSIA CENTRAL»

Com o fim da Guerra Fria e o desmembramento da União Soviética, os Estados Unidos voltaram os olhos para uma imensa área da massa euroasiática compreendida entre o Leste da Europa e a China. Os especialistas recordaram então o Grande Jogo (*Great Game*) entre o Império Britânico e a Rússia dos czares, quando os Estados Unidos começaram a introduzir-se numa zona até então vedada por ser território soviético. Esta zona adquiriu desde então importância multifacetada – geoestratégica, política e económica –, especialmente quando passou a ser uma das principais frentes das operações da GWOT. Assim, utilizando o conceito de Grande Médio Oriente (*Great Middle East*), esta área imensa converteu-se em objecto da política estratégica dos EUA no pós-Guerra Fria, que aí utilizam dois mecanismos básicos: a expansão dos mecanismos de cooperação da NATO e a procura de fontes energéticas alternativas, sobretudo no Cáucaso e na Ásia Central. Depois do 11 de Setembro, o posicionamento no Golfo e esta política conduzida pelos EUA mostrou ser de inestimável valor na GWOT, a começar pelas operações militares no Afeganistão.

No início, a política dos EUA para o Cáucaso e a Ásia Central tinha-se estabelecido em função de diferentes necessidades e interesses que, em dado momento, criaram fricções e problemas: a sobreposição entre a diplomacia do petróleo, a política de apoio a alguns estados em função da GWOT e o estabelecimento de bases militares mais ou menos estáveis na área, e a promoção da democracia na zona, representada sobretudo pelas «revoluções» na Ucrânia, Geórgia, Quirguistão, Tajiquistão e Usbequistão. O Usbequistão, por exemplo, convertido em Estado *pivot* para a política norte-americana na área desde meados dos anos de 1990, e principal aliado na Ásia Central da GWOT e das

COM O FIM DA GUERRA FRIA  
E O DESMEMBRAMENTO DA UNIÃO SOVIÉTICA,  
OS ESTADOS UNIDOS VOLTARAM OS OLHOS  
PARA IMENSA ÁREA DA MASSA EURO-ASIÁTICA.

operações no Afeganistão, voltou-se para a Rússia e para a China, rompeu com o GUUAM (formado pela Geórgia, Ucrânia, Usbequistão, Azerbaijão e Moldávia) e fez os EUA abandonar a base que tinham no país, em Khanabad, em 2005.

Assim, a evolução na situação do Iraque, as operações no Afeganistão, a necessidade de soluções diferentes para a área do Cáucaso e Ásia Central, a aliança estratégica com a Índia desde os acordos de 2005 e a progressiva reafirmação da Organização de Cooperação de Xangai na mão da China e da Rússia levou a Administração Bush, em 2005, a dedicar uma atenção específica ao Cáucaso e à Ásia Central, sob o conceito de Grande Ásia Central. Esta política tem como objectivo prioritário a estabilização do Afeganistão, mediante não só a acção da ISAF como com a integração económica do país com os seus vizinhos, favorecendo as relações entre a Ásia Central e o Sul da Ásia, unindo ambas as áreas. A desestabilização do Paquistão constituiu um duro golpe para a política norte-americana na zona, sobretudo na GWOT. Neste sentido, foi posto em acção um *road map* com uma visão mais pragmática e realista, para contrariar a influência energética russa na zona e melhorar a colaboração no Afeganistão. Esta dinâmica, juntamente com a consolidação da Organização de Cooperação de Xangai sob a liderança da República Popular da China e o novo posicionamento russo perante a política norte-americana na zona podem levar a uma competição dentro da área, criando um novo contexto estratégico, um novo *Great Game* de consequências imprevisíveis.

#### **A GWOT E O CONCEITO DA «GRANDE ÁSIA CENTRAL»**

Separada do Grande Médio Oriente, a Grande Ásia Central representa um marco geográfico que inclui a Turquia, o Cáucaso (Azerbaijão, Arménia e Geórgia), o Irão, a Ásia Central (Cazaquistão, Turcomenistão, Usbequistão e Tajiquistão), o Afeganistão e o Paquistão. Neste sentido, esta concepção responde a uma racionalização geográfica da política dos Estados Unidos, mais de acordo com necessidades, interesses e objectivos concretos, sobretudo perante a necessidade de separar os problemas específicos do Médio Oriente das lições aprendidas na GWOT, da competência energética e das consequências do aparecimento de «espaços desgovernados» perante possíveis estados falhados da Grande Ásia Central. A política para a zona foi reavaliada pelo Departamento de Estado a partir de 2005, passando a dar uma importância mais concreta e clara à franja entre a Turquia e a China, e aos problemas que a afligiam. Neste sentido, há também que notar a criação do Gabinete para o Centro e Sul da Ásia (Bureau for Central and South Asia), absorvendo o Gabinete para a Ásia Central em Fevereiro de 2006, e que o Comité de Assuntos Externos da Câmara dos Representantes do Congresso estabeleceu, depois das eleições de Novembro de 2006, um subcomité sobre o Médio Oriente e o Sul da Ásia. Esta nova visão reflectiu-se claramente também no facto de cinco estados cuja responsabilidade estava incluída no Gabinete de Assuntos Europeus e Euro-Asiáticos (Bureau of European and Eurasian Affairs) terem sido transferidos para o Gabinete de Assuntos do Centro e Sul da Ásia: Cazaquistão, Usbequistão, Quir-

guistão, Tadjiquistão e Turcomenistão. Estes estados da Ásia Central unem-se ao Afeganistão, Paquistão, Índia, Nepal, Butão, Bangladesh, Sri Lanka e Maldivas.

Os principais eixos de actuação da Grande Ásia Central eram a GWOT, as relações com a Rússia e com a China, a cooperação das instituições euro-atlânticas com a zona e a segurança energética: espera-se extrair uns quatro milhões de barris diários em 2015, mantendo uma série de oleadutos e gasodutos que unam a área e que assegurem o abastecimento da Europa e dos Estados Unidos. O Departamento de Estado desenhou uma aproximação baseada em três pilares que procuravam um reforço mútuo: cooperação em segurança, interesses energéticos e comerciais, e reforma política e económica. Para que isso aconteça os principais objectivos são facilitar a integração do Centro e Sul da Ásia, parar o tráfico de drogas, e impulsionar e favorecer a reforma política e económica e, dentro do possível, o império da lei e a expansão da democracia. Em grande medida o cerne desta estratégia consiste em integrar o Afeganistão, como um aliado principal dos EUA, na Grande Ásia Central mediante o desenvolvimento de relações económicas com o Paquistão e a Índia, incluindo-o no CAREC (Central Asia Regional Economic Cooperation) e no SAARC (South Asian Association for Regional Cooperation) e através da Conferência de Dadores de Londres. A prioridade é a integração regional cada vez maior do Centro e Sul da Ásia para conseguir a estabilidade a longo prazo do Afeganistão e seus vizinhos, assegurar a exportação energética desde o Centro até ao Sul da Ásia e a aceleração do crescimento económico através do comércio na região. A Administração Bush considera estes componentes peças interligadas de uma visão geoestratégica completa. Através da Conferência de Dadores de Londres está a canalizar capacidades técnicas para a região, incluindo transporte e comunicações, e o orçamento dos EUA para o ano fiscal de 2008 financiará a construção de infra-estruturas relativas a transporte energético. Ambos os mecanismos procuram criar um corredor que una a Índia, Karachi e Almati, permitindo à Índia e ao Paquistão participar nos assuntos da Ásia Central. A Índia chegou a anunciar o seu interesse na construção de um gasoduto Turcomenistão-Afeganistão-Paquistão, apoiado pelos EUA. Deste ponto de vista, a relação estratégica que se foi construindo desde o fim da Guerra Fria com a Índia, oficializada em 2005, é prioritária. Os interesses norte-americanos e indianos convergem na Ásia Central, onde a Índia tem uma base no Tajiquistão: a estabilidade do Paquistão, a contenção da influência da RPC e a expansão do terrorismo jihadista e do islamismo radical.

O desenho desta visão estratégica padece de um problema central: baseia-se na estabilização do Afeganistão, e esta depende da do Paquistão. O abandono das zonas tribais do Waziristão e da Província da Fronteira do Noroeste pelo Exército paquistanês e a declaração do estado de emergência tornaram ambígua a ajuda de Musharraf aos EUA. Washington depositou as suas esperanças num

O DESENHO DESTA VISÃO ESTRATÉGICA PADECE DE UM PROBLEMA CENTRAL: BASEIA-SE NA ESTABILIZAÇÃO DO AFGANISTÃO, E ESTA DEPENDE DA DO PAQUISTÃO.

governo de Benazir Bhutto como alternativa para acabar com esta situação na luta contra elementos jihadistas e taleban. O reforço desta guerrilha no Afeganistão e a progressiva desestabilização do Paquistão depois do assassinato de Bhutto terminou com esta possibilidade, assistindo-se mesmo a um progressivo agravamento que já permitiu especular a criação de uma confederação de todas as áreas pashtun do Afeganistão e do Paquistão. O alívio da tensão indo-paquistanesa sobre Caxemira e os projectos de infra-estruturas conjuntas não parecem suficientes, enquanto constar que os serviços secretos paquistaneses promovem movimentos entre a comunidade sikh da Índia, e Islamabad defronta uma rápida talebanização a partir das áreas tribais, da Província da Fronteira do Noroeste, das áreas periféricas pashtun e do próprio Punjab. Estes problemas, entre outros, fizeram com que Washington tenha estado a reconsiderar a sua política para a zona. Esta revisão depreende-se da visita do senador Richard Lugar e do chefe do Estado-Maior dos Estados Unidos, almirante William J. Fallon, ao Turcomenistão, Tadjiquistão, Usbequistão, Paquistão e Afeganistão. Em grande medida, a resposta norte-americana parece procurar reafirmar laços bilaterais sobretudo com o Usbequistão em relação à GWOT e ao Afeganistão, mas igualmente em relação ao objectivo já estabelecido em meados dos anos 1990 de evitar que a Rússia mantenha o controlo da zona através da sua política energética. Lugar visitou o Cazaquistão, o Azerbaijão, a Ucrânia e o Turcomenistão, onde encontrou total sintonia com os interesses norte-americanos no que respeita a «rotas alternativas para os mercados energéticos mundiais». Sobretudo existe um grande interesse na participação do Turcomenistão no projecto do gasoduto transcáspio. Fallon procurou reestabelecer as relações com o Usbequistão com uma reunião com o Presidente Karimov e a cúpula de segurança do país, que poderia levar a reconsiderar o regresso à base de Khanabad e maior cooperação na luta contra o tráfico de droga que financia os taleban. Neste sentido, uma visão mais pragmática e realista da posição norte-americana parece dirigir-se a contrariar a aproximação dos estados da Ásia Central à Rússia e à China, não tão preocupadas com a falta de democracia e direitos humanos em alguns dos regimes da zona.

## **CONCLUSÕES**

A mudança na política dos EUA parte da alteração nos vários parâmetros da visão geral da GWOT e seus problemas. Assim, superar a dificuldade de levar a cabo correctamente a coordenação das operações contraterroristas a partir de três comandos regionais diferentes que, unido às lições aprendidas depois do Afeganistão, Iraque e, em geral, na GWOT, levou a uma mudança apreciável na política norte-americana: num sentido global, e regional no caso de África, apoiando-se numa aproximação mais multilateral e realista. Esta alteração de postura tem a sua exposição mais clara no conceito de «Longa Guerra» estabelecido pelo secretário da Defesa Donald Rumsfeld em Fevereiro de 2006: o reconhecimento implícito por parte de Washington da necessidade de renun-



ciar a soluções unicamente unilaterais e às coligações, e a aceitação dos interesses e associação com potências regionais para a solução dos problemas e a aplicação de políticas. Neste sentido, a criação do AFRICOM abre uma nova série de expectativas e novas abordagens nas políticas regionais derivadas desta nova postura. A criação do AFRICOM responde às novas prioridades nos interesses globais e regionais dos EUA, quanto à estabilidade e bom governo, contraguerrilha e contra-insurgência, e sobretudo segurança energética. Os EUA estabeleceram um dos seus objectivos prioritários de segurança nacional na segurança energética, e uma das suas fontes de abastecimento básico é o golfo da Guiné. Além disso, o aumento da presença de terrorismo jihadista-salafista no Norte de África e no Sahel levaram à progressiva concentração em África da GWOT e da política externa dos EUA em geral. A necessidade de evitar a desestabilização de grandes áreas desgobernadas com a sua possível expansão para zonas de interesse vital para os EUA sustentou a criação de um comando unificado para África. A mudança de estratégia para a «Longa Guerra» afectou também a Ásia Central, aceitando a necessidade de estratégias globais que incluam iniciativas regionais, com a integração e desenvolvimento social e económico, atacando os agravos e injustiças de que se aproveita a Al-Qaida. A racionalização da visão geral da área numa nova estrutura regional, ainda que procurando a integração da Ásia Central e do Sul, poderia acarretar problemas de segurança para alguns estados que se encontrariam em situações complicadas entre as diferentes potências da zona. A desestabilização do Paquistão desferiu um duro golpe à política norte-americana na zona, sobretudo durante a GWOT. Neste sentido, elaborou-se um *road map* com uma visão mais pragmática e realista, concentrada em anular a influência energética russa na zona e melhorar a colaboração no Afeganistão. Esta dinâmica, juntamente com a consolidação da Organização de Cooperação de Xangai sob a liderança da República Popular da China e o novo posicionamento russo perante a política norte-americana para a zona podem conduzir a uma competição dentro da área, criando um novo contexto estratégico. Este é um novo Grande Jogo, de consequências imprevisíveis quando nos EUA se aproximam umas eleições presidenciais que podem envolver mudanças na sua política externa, e a UE entra num momento de debate quanto ao futuro da sua identidade e estrutura através do novo Tratado de Lisboa. Assim, os EUA e a Aliança Atlântica começaram uma revisão da sua estratégia para a zona, procurando uma visão global dos aspectos políticos, económicos, sociais e militares, para as alterações ocorridas desde o conceito de «Longa Guerra». **RI**

TRADUÇÃO: MARTA AMARAL

- 1** Cf. GARCÍA CANTALAPIEDRA, David – «Peace through Primacy»: *la Administración Bush, la política exterior de EEUU y las bases de una Primacía Imperial*. UNISCI Papers n.º 30, Fevereiro de 2004.
- 2** The President's State of the Union Address. The United States Capitol. Washington D.C. The White House. Office of the Press Secretary. January 29, 2002; Under-Secretary of State for Arms Control and International Security John Bolton. *Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction*. Remarks to Heritage Foundation. May 6, 2002. Department of State. Washington D.C.
- 3** USNORTHCOMMAND. Definition of mission.
- 4** Esta aproximação já se podia observar em obras académicas desde o fim da Guerra Fria. Cf. BUZAN, Barry – «New patterns of global security in the twenty-first century.» In *International Affairs*. Vol. 67, N.º 3. 1991.
- 5** KENNEDY, Paul (ed) – *Grand Strategies in War and Peace*. New Haven: Yale University Press, 1991, pp. 4-5.
- 6** Cf. GARCÍA CANTALAPIEDRA, David – *EEUU y la Construcción de un Nuevo Orden Mundial: la Administración Bush, las Relaciones Transatlánticas y la Seguridad Europea (1989-1992)*. Tese de doutoramento. Departamento de Estudios Internacionales. Facultad de CC. Políticas y de la Administración, UCM, 2001.
- 7** Policy Planning Staff. PPS paper. «Basis Issues raised by Draft NSC». Reappraisal of US Objectives and Strategy for National Security. ND, FRUS 1952-54, n.º 2, pp. 64-65.
- 8** Cf. GARCÍA CANTALAPIEDRA, D. – *Una Estrategia de Primacía: la Administración Bush, las Relaciones Transatlánticas y la construcción de un Nuevo Orden Mundial 1989-1992*. UNISCI Papers n.º 23-24. Madrid, 2002, pp. 11-12.
- 9** Este projecto de 46 páginas criou grande celeuma ao serem filtradas certas partes à imprensa, o que obrigou à sua reformulação, ainda que, de forma implícita, a sua filosofia e objectivos se tenham mantido.
- 10** PRESIDENT RONALD REAGAN – *National Security Strategy of the United States 1988*. Washington DC: The White House, 1988, p. 1; PRESIDENT GEORGE BUSH – *National Security Strategy of the United States*. Agosto de 1991, pp. 4, 7; PRESIDENT WILLIAM CLINTON – *National Security of Engagement and Enlargement*. Fevereiro de 1996, p. 2; PRESIDENT WILLIAM CLINTON – *National Security for a New Century*, 1998, p. 5.
- 11** SECRETARY OF DEFENSE DONALD RUMSFELD – «Guidance and terms of reference for the 2001». In *Quadrennial Defense Review*, 22 de Junho de 2001, p. 1.
- 12** Augusto realiza uma modificação constitucional ao estabelecer sob a sua pessoa os dois aspectos do *Imperium* em 27 a. C., mas deixa virtualmente intacta a estrutura institucional e constitucional da República. Considera-se que o exercício do poder e a sua natureza foram modificados substancialmente, estabelecendo o início da era imperial de Roma.
- 13** Cf. SCHLESINGER, A. – *The Imperial Presidency*. Boston: Houghton Mifflin, 1974.
- 14** «America's World». In *The Economist*. 23 de Outubro de 1999, p. 15.
- 15** Para uma revisão desta política cf. GARCÍA CANTALAPIEDRA, David – «Irak, la política exterior de EEUU y las elecciones presidenciales de noviembre». In *UNISCI Discussion Papers*. Outubro de 2004.
- 16** «National Security Decision Directive NSDD 138. Combating Terrorism». The White House. 3 de Abril de 1984; «NSDD 207. The National Program for Combating Terrorism», 20 de Janeiro de 1986.
- 17** Cf. «NSDD 277. National Policy and Strategy for Low Intensity Conflict». The White House. 15 de Junho de 1987; «NSDD 159. Covert Action Policy Approval and Coordination Procedures». 18 de Janeiro de 1985.
- 18** «NSDD 277, p. 1: «The US has responded to Low Intensity Conflict through a counter terrorist policy, political and economic support of developing nations, helping governments combat LI aggression, contingency operations, suppression of illegal drug trafficking and peacekeeping operations.»
- 19** PRESIDENT GEORGE W. BUSH – *President discusses American and European Alliance in Belgium*. Bruxelas: The Office of Press Secretary, The White House, 21 de Fevereiro de 2005.
- 20** «NATO's Military Concept for Defense Against Terrorism». Outubro de 2003. Disponível em: [www.nato.int/ims/docu/terrorism.htm](http://www.nato.int/ims/docu/terrorism.htm).
- 21** SOLANA, Javier – «A secure Europe in a better world». In *European Council (Thessaloniki, Greece)*. 20 de Junho de 2003, pp. 7-11.
- 22** BECK, Ulrich – *Risk Society: Towards a New Modernity*. Londres: Sage, 1992.
- 23** SECRETARY OF DEFENSE DONALD RUMSFELD. National Press Club. 2 de Fevereiro de 2006.
- 24** «US military presence in Iraq: Implications for global defense posture. Deputy Secretary of Defense Paul Wolfowitz. Statement before the House Armed Service Committee. Washington D.C. June 18, 2003».